

**APRESENTAÇÃO: DOSSIÊ RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E EDUCAÇÃO**Prof^a Dra. Tânia Mara Cruz¹Prof^a Dra. Joana Célia dos Passos²

Nas últimas duas décadas a educação brasileira tem sido fortemente influenciada pelas discussões sobre gênero e educação e o volume de pesquisas sobre a temática tem adquirido consistência e vigor. A partir dos diálogos entre movimentos sociais, educadores/as e pesquisadores/as, particularmente em relação às reivindicações dos movimentos étnico-raciais, LGBTQT e suas interfaces com os movimentos feministas, diferentes instâncias educacionais têm buscado articular estas temáticas na compreensão da diversidade dos sujeitos que compõem o espaço educativo, na análise e formulação da política curricular e da formação docente. Esse movimento histórico tem se refletido na incorporação da temática de gênero e raça/etnia pela linha de pesquisa de Educação, Cultura e Sociedade inserida no Mestrado em Educação em nossa universidade. É neste contexto que se insere o presente dossiê cujo objetivo é apresentar pesquisas em educação que tratam das relações de gênero, das relações étnico-raciais e da diversidade sexual.

Vivenciamos um momento histórico em que essas demandas aparecem nas lutas de diferentes coletivos, mas sob o manto da hegemonia capitalista, que tem como prática política incorporar algumas reivindicações de modo a mudar para permanecer o mesmo, ou seja, aprovam-se determinados direitos sociais sem que as condições para que eles sejam implementados, de fato, sejam dadas. Em outras palavras: a igualdade reivindicada, não raro, se expressa em aspectos jurídicos, mas está muito aquém das demandas feministas das mulheres trabalhadoras. Esta realidade tem sido demonstrada na educação¹ quando observamos o recuo da incorporação das lutas LGBTQT nas escolas, na tímida implementação das cotas para negros/as em todas as universidades, ou na falta de políticas públicas (em larga escala) de formação de professores/as em gênero, a despeito das poucas, mas

¹Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). E-mail:<tania.cruz@unisul.br>.

²Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail:<passos.jc@gmail.com>.

excelentes, experiências de formação como a proposta do curso Gênero, Diversidade e Escola (GDE)ⁱⁱ. Por acreditarmos que a inserção de classe está presente, de forma clara ou subsumida, nos espaços educativos formais e não-formais, pensamos ser necessário apoiá-los e articulá-los em um movimento contínuo de contra-hegemoniaⁱⁱⁱ junto com os movimentos sociais, no sentido de apontar as contradições dessa sociedade desigual e hierárquica e possibilitar vislumbres/experiências do que pode ser uma nova ordem não-capitalista.

A ideia de trazer as temáticas, como o/a leitor/a poderá ver, ora com a tônica em um dos marcadores sociais como gênero OU raça, ora de modo mesclado gênero E raça, passa também por uma opção teórica de forçar um diálogo entre sujeitos que na academia ou no movimento social podem se apresentar desarticulados, como gênero e raça. Se os sujeitos, na singularidade, são compostos por um conjunto de marcadores sociais que se expressam conforme o contexto em que estão inseridos, apenas na medida em que estes marcadores permitem um processo coletivo de identidade é que se ampliam as condições para que o sujeito coletivo produza ações políticas desestabilizadoras do *status quo*. Por outro lado, a articulação^{iv} entre essas categorias e as de classe permite perceber que há desigualdades e opressões diferenciadas mas que estão dentro de uma mesma totalidade, a do sistema capitalista, que as alimenta e fornece bases estruturais sua continuidade.

Buscamos, desse modo, expressar, com o conjunto de artigos cujas concepções permeiam diferentes vertentes teóricas, um viés crítico comum que apontam limites, desafios e possibilidades em uma multiplicidade de dispositivos educacionais em que se dá a formação do sujeito em nossa sociedade, sejam eles no âmbito da escola, da mídia, das políticas educacionais ou dos movimentos sociais identitários.

Para abrir o dossiê trazemos um ensaio com o título *Feminismosayer y hoy* (Feminismos ontem e hoje) de **Sylvia Marcos**, professora e integrante fundadora do Seminário Permanente de Antropologia e Gênero do Instituto de Investigações Antropológicas da Universidade Autônoma do México (UNAM) e professora visitante da Faculdade de Estudos das Religiões da Universidade de Claremont (EUA). O ensaio, que articula gênero, classe e etnia, nos apresenta um breve histórico do feminismo latino-americano e dentro dele situa o feminismo indígena mexicano e sua expressão no Movimento Zapatista (EZLN), analisando o papel dessa organização na retomada política do

feminismo anticapitalista e em sua influência em outras organizações feministas fora do México.^v

Marília Pinto Carvalho e Viviane Angélica Silva com o artigo intitulado *Ser docente negra na USP: gênero e raça na trajetória da professora Eunice Prudente*, apresentam, no bojo da discussão da entrada de negros/as nos espaços universitários, um resgatada trajetória de uma professora negra na USP como o espaço educacional escolhido como cenário para a reflexão sobre as relações de gênero e raciais e o debate sobre a docência e a produção do conhecimento científico pelas mulheres negras.

Na mesma direção, mas já inserindo novas experiências de estudantes a partir da política de cotas, as autoras **Wivian Weller e Maria Auxiliadora Gonçalves de Holanda**, com o texto *Trajetórias de vida de jovens negras da Universidade de Brasília no contexto das ações afirmativas* analisam trajetórias biográficas de jovens negras que ingressaram pelo sistema de cotas na Universidade de Brasília, bem como suas experiências relacionadas à discriminação de gênero e étnico-racial, preconceito, estereótipos e formas de enfrentamento ao chegar na universidade.

O trabalho *Gênero, raça e educação: indagações advindas de um olhar sobre uma academia de modelos* de **Nilma Lino Gomes e Shirley Aparecida de Miranda**, a partir de um enfoque feminista e anti-racista, analisa o papel educativo da mídia com o programa de *TV Brazil's Next Top Model*, tratando-o como campo no qual se produzem discursos e se estabelecem práticas que regulam comportamentos e mediam relações conflitivas entre adolescentes negras, mestiças e brancas. As autoras fundamentam a análise a partir da interlocução entre dois eixos: se o corpo feminino ainda ocupa um lugar subalterno expressando as tensões advindas das relações desiguais de gênero, raça e classe no Brasil ou se há indícios de uma emancipação social do corpo negro e superação da branquidade normativa.

Miriam Grossi e Mareli Eliane Graupe, com o artigo *Desafios no processo de implementação do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no Estado de Santa Catarina* problematizam, em uma das ofertas do curso, os resultados da formação dos professores após sua participação no curso Gênero, Diversidade e Educação. As autoras desvelam a sua importância e analisam as formas de acompanhamento ou formação continuada (ou a

ausência delas) após a implementação da formação em gênero e sexualidade, considerando o espaço sexista que ainda prepondera na escola em que as professoras estão inseridas.

Voltando o olhar sobre o espaço escolar e sexismo, o texto *Mulher e esporte: palavras iniciais sobre os desafios ao ensino na escola* no âmbito da educação física as autoras **Helena Altmann e Simone Cecilia Fernandes**, apresentam um ensaio sobre a experiência de mulheres atletas no decorrer do século XX, os discursos de interdições e proibições que buscavam restringir suas sociabilidades ao âmbito privado da vida e apontam os desafios à escola para uma educação transformadora para as meninas.

Com o tema *Os modos da transexualidade entre docentes: entrelaçamentos de gênero e orientação sexual* os autores **Tânia Mara Cruz e Tiago Zeferino dos Santos** apresentam as narrativas sobre a construção de si para duas professoras transexuais auto definidas e dos elementos em jogo na formação da identidade transsexual – como transitória e mutável – em permanente diálogo com as diferentes instâncias de formação do sujeito como a psicologia, os movimentos sociais, a mídia e a escola.

O artigo intitulado *Professoras em conserva na escola líquida: um retrato contemporâneo da contenção do feminino*, de **Maria Cristina Schefer**, problematiza a difícil vida de professoras da periferia, direcionadas para este lugar, inclusive, pela não aceitação de suas diferenças quanto ao padrão de feminilidade vigente dentro do próprio magistério e que, ao serem condenadas às escolas líquidas eoptar “cruzar os braços”, terminam por atender aos imperativos capitalistas para a educação na periferia.

Joana Célia dos Passos, com o texto *Relações étnico-raciais nas licenciaturas: o que dizem os currículos anunciados* apresenta o resultado de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar a oferta de disciplinas e conteúdos que possibilitem discussões e estudos sobre as relações étnico-raciais em cursos de licenciaturas de Santa Catarina, particularmente em História e Pedagogia, no qual questiona a limitação desta temática nos currículos.

O texto *Educação e Relações Étnico-raciais: o movimento negro no Brasil e a emergência da Lei 10.639/03* de **Cristiane da Silveira e Luciano Everton Costa Teles**, nos apresenta uma contextualização da Lei 10.639/03 e destaca o papel dos movimentos negros como protagonistas desse processo e também das ações afirmativas. Em articulação com este tema dois outros artigos nos trazem a temática da educação escolar quilombola e das práticas educativas possíveis destes espaços de diversidade racial e étnica.

No ensaio *Educação Escolar Quilombola: currículo e cultura afirmando negras identidades* as autoras **Maria Anória de Jesus Oliveira e Rosemary Martins** apresentam e reelaboram o universo conceitual da temática, pontuando suas confluências e diferentes vertentes teóricas relativas aos usos dos conceitos desse campo.

Em diálogo com a temática quilombola trazemos o artigo *Práticas educativas com a diversidade étnico-cultural em uma comunidade quilombola do interior da Bahia*, de autoria de **Benedito Gonçalves Eugênio e Karla Dias de Lima**, no qual apresentam, sob o olhar da história social, o processo de constituição identitária de uma comunidade quilombola e dos movimentos contraditórios (de assunção ou não) desta identidade por seus moradores, destacando nesse movimento o papel das lideranças femininas.

Esperamos que o conjunto de textos trazidos aqui contribua para as reflexões acadêmicas do campo de Estudos de Gênero e Raça e sirva ainda como denúncia da realidade desigual e discriminatória ainda tão presente em nossa sociedade.

Agradecemos às autoras e aos autores que gentilmente nos ofereceram suas reflexões e particularmente à Associação Nacional de Pesquisadores/as da Educação que, com o Edital 101/2013 de apoio a publicações, nos possibilitou a impressão física desse número, que originalmente seria apenas online. Agradecemos ainda o modo, igualmente generoso, do Centro de Atenção Psicossocial (CAP)/ Florianópolis, que nos permitiu também apresentar a presente edição na formatação MECdaisy garantindo assim a acessibilidade para deficientes visuais.

Boa leitura a todos e todas!

As organizadoras

ⁱ Ver VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. **Gênero e políticas educacionais**: impasses e desafios para a legislação brasileira In: *Gênero e educação: educar para a igualdade*. São Paulo: CEM, SME/SP, 2004. p. 1-160.

ⁱⁱ O curso **Gênero e Diversidade na Escola** faz parte da política de formação de professores/as, desenvolvido em parceria pelas Universidades Federais, Ministério da Educação (MEC), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) e a Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial (SPPIR/PR) e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

ⁱⁱⁱ Ver COUTINHO. C. N. C. **Gramsci** - Um Estudo sobre seu pensamento político. 2. Ed. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1992; **Contra a corrente**. Ensaios sobre democracia e socialismo. 2ed. São Paulo: Cortez. 2008.

^{iv} Para algumas autoras o conceito de *articulação* deve ser substituído pelo de *interseccionalidade*, como forma de ressaltar o aspecto complexo das identidades dos sujeitos, no sentido de que implicaria mais do que a simples articulação entre marcadores sociais, pois tal constituição estaria imbricada na própria subjetividade. Ver

^v Este texto, publicado originalmente dentro da obra *Conceptos fundamentales de nuestro tempo*, pela Universidade Autônoma do México (UNAM) em 2010, nos foi gentilmente cedido pela autora para este Dossiê. Disponível em http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/429trabajo.pdf e acessado em 10 de dezembro de 2012